

V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



A EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NA PROTEÇÃO DAS MULHERES

Autor(es)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Karoline Kelly Freitas Lima

Eliomar Silva Albernaz

Administrador Kroton

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um fenômeno histórico e estrutural, presente em diferentes culturas e sociedades, refletindo as desigualdades de gênero profundamente enraizadas nas relações sociais. No Brasil, essa realidade se manifesta de forma alarmante, afetando mulheres de todas as idades, classes sociais e níveis de escolaridade. O ciclo da violência doméstica envolve diversas formas de agressão — física, psicológica, sexual, moral e patrimonial — que, muitas vezes, ocorrem de maneira silenciosa e prolongada, dificultando o rompimento da vítima com o agressor. Diante desse cenário, tornou-se urgente o desenvolvimento de instrumentos legais eficazes para coibir e prevenir esse tipo de violência.

Em resposta a essa necessidade, foi sancionada, em 2006, a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, a qual representou um marco significativo na legislação brasileira voltada à proteção dos direitos das mulheres.

Objetivo

2.1 OBJETIVO GERAL OU PRIMÁRIO

Analizar a efetividade da Lei Maria da Penha na proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, à luz dos mecanismos legais e institucionais previstos na legislação.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS OU SECUNDÁRIO

Examinar os principais dispositivos legais da Lei Maria da Penha voltados à proteção das mulheres vítimas de violência doméstica.

Material e Métodos

A metodologia a ser adotada neste trabalho consistirá em uma pesquisa de natureza bibliográfica, documental e exploratória, com o objetivo de analisar a efetividade da Lei Maria da Penha na proteção das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Serão consultados livros, artigos científicos, dissertações e legislações pertinentes

V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



que abordem aspectos jurídicos, sociais e institucionais relacionados à aplicação da referida lei no Brasil. Os materiais selecionados serão obtidos por meio de buscas em bases de dados acadêmicas como SciELO, Google Acadêmico, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, além de consultas a obras físicas e digitais disponíveis em bibliotecas universitárias. As palavras-chave utilizadas para a busca dos materiais serão: Lei Maria da Penha, violência doméstica, proteção da mulher, direitos humanos, medidas protetivas e efetividade jurídica.

Resultados e Discussão

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de analisar, sob um viés jurídico e institucional, a efetividade da Lei Maria da Penha na prática, especialmente no que se refere à atuação do sistema de justiça e à aplicabilidade dos mecanismos previstos na legislação. Ao investigar os limites e as potencialidades da lei sem recorrer à análise de casos concretos ou proposição de melhorias legislativas, o trabalho busca compreender de forma crítica como o ordenamento jurídico brasileiro tem enfrentado a complexa realidade da violência doméstica, sem perder de vista a função protetiva da norma.

Assim, esta pesquisa pretende contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico sobre a efetividade das normas de proteção às mulheres, incentivando reflexões sobre o papel do Direito na transformação social. Além disso, espera-se que o estudo ofereça subsídios teóricos para estudantes, profissionais do Direito e demais interessados.

Conclusão

A Lei Maria da Penha é um marco importante no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil. Porém, como mostram os dados, as medidas protetivas de urgência ainda são insuficientes para garantir a segurança das vítimas e prevenir novos episódios de violência.

Portanto é necessário investir em políticas públicas e campanhas de conscientização, além de garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência.

Referências

Leis

Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha

Lei nº 14.542/2023, que garante prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sine

Artigos

Meneghel SN, Bairros F, Mueller B, Monteiro D, Oliveira LP, Collaziol ME. Rotas críticas: a trajetória das mulheres no enfrentamento das violências

<https://m.monografias.brasilescola.uol.com.br/amp/direito/lei-maria-penha-x-ineficacia-das-medidas-protetivas.htm>

<https://ambitojuridico.com.br/a-ineficacia-da-medida-protetiva-nos-casos-de-violencia-domestica/>